

# Crise na América Latina: uma análise comparativa entre os posicionamentos do Brasil e do Chile na Guerra das Malvinas (1982)

*Rafael Macedo da Rocha Santos*

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

rafaelmrsantos@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O artigo pretende estabelecer um estudo comparado sobre o posicionamento adotado pelos governos do Brasil e do Chile na Guerra das Malvinas (1982). A pesquisa vai analisar os diferentes motivos que explicam os interesses implícitos nestas duas escolhas.

**Palavras-chave:** Conflito. Ditadura. Integração. Crise.

---

*Se encontro um peruano, venezuelano ou brasileiro, dou-lhe um grande beijo.*

Funcionário público argentino na Calle Florida em 21 de maio de 1982 torcendo pela vitória de seu país

*Galtieri, comic dictator in a gaudy uniform.*

Declaração de Alexander Haig, secretário de Estado norte-americano durante a guerra das Malvinas.

*Há um grande ressentimento com a política norte-americana entre nossos colegas latino-americanos. Fiquei surpresa com a unidade latino-americana que não têm precedentes.*

Jeanne Kirkpatrick, embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, em junho de 1982.

*Fizemos de tudo para que a Argentina perdesse a guerra.*

Declaração de Fernando Matthei, Comandante da Força Aérea chilena e membro da Junta Militar em 1982.

*Não enviem flores ao meu enterro. Envie o dinheiro que gastariam com elas para o Fundo Patriótico Malvinas Argentinas.*

Maria Bertone de Rocco, 79 anos em seu leito de morte em Comodoro Rivadavia em 21 de maio de 1982.

## Introdução

Segundo Fausto e Devoto (2004), a análise comparativa tornou-se uma metodologia pertinente de pesquisa em estudos regionais, devido à possibilidade de estabelecer uma série de paralelos, aproximações e distinções entre as trajetórias percorridas pelas nações latino-americanas no tempo. O estudo paralelo de duas nações vizinhas e contemporâneas, influenciadas uma pela outra, também remonta ao estudo comparativo pioneiro de Marc Bloch, que verificou a possibilidade de fenômenos simultâneos ocorrerem em duas ou mais sociedades cujos processos históricos se desenvolveram mutuamente (BLOCH, 1998).

A comparação “clássica” marca diferenças e semelhanças, operação realizada com o intuito principal de reivindicação e defesa de nacionalidade bem como a ênfase na idéia de inter-relação de espaços e não somente de tempos (OSÓRIO, 1990, p. 20). O método comparativo abrange não somente os estudos históricos, mas também abarca uma gama de pesquisas de diversas ciências, o que confirma seu caráter interdisciplinar.

O advento de uma nova história comparada a partir dos anos 70 possui reflexos diretos na produção de trabalhos comparados entre Brasil, Chile e Argentina. A emergência da integração latino-americana nos anos 80 permitiu que inovadoras perspectivas em relação aos estudos de história comparada surgissem em larga escala. O grande número de interações, trocas, fluxos e intercâmbios, não somente de capitais ou mercadorias, mas também de idéias e experiências, possibilitam a prática de um grande leque de modalidades de história comparada, principalmente àquelas de caráter “não-convencional”.

Jurgen Kocka (2003) afirma que esse tipo de comparação assimétrica “separa a realidade em diferentes pedaços de forma a analisá-la (...) para comparar os pedaços como unidades de comparação, enquanto seria necessário vê-los como um todo, como uma teia de entrelaçamentos” (KOCKA, 2003, p. 42). Tal modalidade surge como uma preocupação em relação à crescente mutação e complexidade do recorte espacial em tempos de acentuação do processo de globalização e redução das distâncias físicas entre povos e nações. Não resta dúvidas de que esse tipo de comparação, assimétrica, possui ênfase nos estudos sobre os processos de integração latino-americana e sua pertinência se explica pelo fato da História surgir em estreita conexão com ascensão dos Estados Nacionais.

A História Comparada, portanto, emerge de uma preocupação recente do conhecimento histórico em promover um diálogo interdisciplinar com as outras ciências, devido à diversidade de objetos com que esse tipo de pesquisador trabalha. Como vizinhos com grandes fronteiras físicas e histórias que se confundem em diversos momentos, Brasil, Chile e Argentina acumulam origens e identidades em comum que atendem tanto as idéias pioneiras de Bloch quanto às novas modalidades cruzadas de História Comparada.

Assim como na História Comparada, os processos de regionalização dependem de elementos comuns, interesses mútuos e objetivos compartilhados. A tentativa de criação de redes de interação, capazes de privilegiar o coletivo em detrimento de interesses singulares, relaciona a modalidade comparada cruzada aos fluxos de integração. A semelhança de suas estruturas políticas, suas economias e a grande relevância que cada uma das nações exercem para o conjunto da América Latina são fatores determinantes para o êxito do método comparativo em estudos sobre a integração no continente.

O Cone Sul possui grandes potencialidades e dinâmicas de fluxos e interações que necessitam de esforço, moderação de fazer frente à intervenção das potências. Somente assim será ampliada sua cobertura geográfica e ficará assegurada um mínimo de estabilidade, ambos necessários para que a região adquira um poder de organização e barganha capazes de privilegiar o coletivo em detrimento de interesses singulares. Tal ação interliga a modalidade comparada cruzada aos fluxos de integração na atualidade.

### **A situação interna na Argentina e os nacionalismos sobre as ilhas Malvinas**

A data de nascimento do conceito de “nação”, objeto principal de estudo das relações internacionais, segundo Esther Barbé (1995), ocorreu por volta de 1830, momento de apogeu das revoluções liberais francesas. A idéia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente (CHAUÍ, 2000, p. 17). O conceito de nação introduziu algumas novas variáveis como dimensão do território, densidade populacional e expansão de fronteiras.

Enquanto o Estado atravessasse turbulências que evitassem sua preponderância e hegemonia econômica, sejam elas de ordem interna ou externa, poderia apropriar-se da coletividade para alcançar tais objetivos. Os indivíduos, enquanto agentes políticos

participantes das decisões políticas, desempenhariam uma função primordial na manutenção de uma ordem alheia a seus desejos. A questão das nacionalidades, na acepção freudiana, surge como um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede de lidar com ela.

Segundo Bennedict Anderson (1994), o conceito de nacionalismos pode ser compreendido mais como uma construção do senso comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda entre a população a ponto de se tornarem entidades históricas inquestionáveis, mais antigas do que realmente são, pois impõe um vínculo com um passado comum como origem.

As ilhas Malvinas habitam o imaginário de todo argentino desde 1833, data em que tropas britânicas ocuparam o arquipélago por meio da força. Desde então, sucessivos governos argentinos, de Carlos Alvear até Galtieri, denunciaram nos foros internacionais a presença de uma superpotência em seu território, porém sem nenhum resultado concreto.

As negociações internacionais sobre a transferência de soberania das ilhas Malvinas iniciaram-se oficialmente, no âmbito das Nações Unidas, em 1965, com a aprovação da Resolução 2065 da 20ª Assembléia Geral da organização. A mesma proposição da ONU convidava os países a resolverem suas diferenças por meios pacíficos e a buscar formas conjuntas de incrementar o desenvolvimento econômico e social dos moradores das ilhas.

A Argentina alegava que as Malvinas eram um típico exemplo de colonialismo de uma potência estrangeira no continente americano, não condizente com as novas realidades. Já a Grã-Bretanha defendia que os *helpers* preferiam permanecer sob sua tutela, adotando-se o princípio da autodeterminação. A partir da confrontação de dois artigos considerados “justos” nas relações internacionais, as conversações não avançavam havia 17 anos.

A impopularidade dos militares, entretanto, já era perceptível na sociedade em 1981. As incertezas quanto a uma possível transferência de poder aos civis em 1984 ganhavam visibilidade quando o presidente Viola fora afastado de suas funções por Jorge Anaya e Leopoldo Galtieri, respectivos comandantes da Marinha e do Exército. A ascensão nos Estados Unidos do conservador Ronald Reagan representava a aprovação do governo norte-americano com o “novo” aprofundamento do Processo de Reorganização Nacional (PRN).

Vários problemas econômicos como uma alta inflação e uma constante desaceleração da produção industrial haviam provocado a queda de Viola em 1981. A escolha do novo presidente dependeria da decisão de Anaya, ligado a linha dura das Forças Armadas e histórico defensor de uma invasão às Malvinas. A ascensão do general Leopoldo Galtieri à presidência representou uma volta aos tempos áureos do PRN: internamente possibilitou a volta da política econômica dos tempos de Jorge Videla. Em relação à política externa, o novo governo promoveu um grande retrocesso dos sucessos obtidos por Oscar Camillón, chanceler de Viola, na busca por autonomia da Argentina frente aos Estados Unidos.

A luta contra o comunismo internacional e a colaboração com a guerra suja promovida pelos norte-americanos na América Central foram algumas das medidas adotadas por Galtieri que evidenciam a postura pró-estadunidense do novo governo. Nesse sentido, inserem-se as palavras do então chanceler argentino Nicanor Costa Mendez de que “a Argentina era civilizada demais para pertencer ao Terceiro Mundo”.

Seguindo uma política externa contrária à de Viola, Galtieri autorizou o envio de tropas argentinas ao Sinai, reviu contratos com a URSS e firmou um tratado de não proliferação nuclear. Dessa forma, a Argentina alinhava-se incondicionalmente aos Estados Unidos, buscando ocupar um vácuo deixado pelo Brasil, que desde o governo Geisel (1974-1979), havia adotado o universalismo, o pragmatismo e o não-alinhamento com as superpotências como paradigmas básicos que orientavam sua política externa.

As dificuldades internas e a crescente impopularidade dos militares faziam com que assuntos relacionados à “Segurança Nacional” surgissem à tona em momentos de maior adversidade. Buscava-se assim aumentar sua popularidade utilizando-se de assuntos com grande apego popular. Durante o governo Jorge Videla (1976-1980), o litígio com o Chile por conta da soberania de três ilhas no Canal de Beagle se configurou como a primeira tentativa “frustrada” dos militares de unir o povo e o governo sob uma única bandeira.

Com a posse do linha-dura Galtieri, o insucesso da ditadura no plano interno recairia sobre a soberania das ilhas Malvinas. A densidade política do tema no país era algo inquestionável e os militares sabiam que uma ação era vista com bons olhos por alguns “falcões” das Forças Armadas Argentinas. Contando com o apoio ou pelo menos a neutralidade dos Estados Unidos, o presidente Galtieri esperava receber os dividendos de seu posicionamento pró-estadunidense na América Central. O grande equívoco estratégico cometido pela Junta Militar Argentina pode ser explicitado por Leonel Mello (1996):

A prioridade concedida pelo governo Reagan à rivalidade Leste-Oeste sobre o conflito Norte-Sul determinou uma revalorização do papel da Grã-Bretanha (...). Parceira dos Estados Unidos em duas guerras mundiais e peça-chave em seu dispositivo estratégico militar, a Grã-Bretanha era um antigo aliado norte-hemisférico por demais importante para ser sacrificado aos interesses locais de um recente e imprevisível aliado sul-hemisférico (MELLO, 1996, p.113).

A Junta Militar previa que a ação não seria interpretada pela opinião pública internacional como uma invasão de território estrangeiro, mas como uma medida extrema devido à inércia com que as negociações se arrastavam. Esperava-se também que a Grã-Bretanha realizasse somente protestos diplomáticos ou comerciais ou, se caso reagisse, os Estados Unidos os deteriam para evitar um conflito de grandes proporções entre os seus maiores aliados na Europa e na América Latina.

A invasão do arquipélago, na visão da terceira Junta Militar Argentina, renderia dividendos de curto prazo para um governo acossado pelo isolamento internacional e pela grave crise econômica. Além do valor simbólico das ilhas para o nacionalismo argentino, as Malvinas eram a chave para o controle da passagem entre o Atlântico e o Pacífico e para futuras reivindicações territoriais sobre a Antártida (MELLO, 1996, p. 111).

Os argentinos acreditavam que a ação militar fosse impulsionar a Inglaterra a reconhecer a soberania das ilhas como uma medida irreversível. O fracasso estratégico da Junta começou quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia posterior à invasão, exigiu a retirada imediata das tropas argentinas das ilhas. A Argentina, desde o início da crise, esteve na defensiva, já que fora rotulado na comunidade internacional como o “Estado agressor”. Aquela situação havia colocado o país na incômoda condição de nação “hostil” e sob o estigma de ameaçador da segurança coletiva.

Com a inevitabilidade do conflito, evidenciou-se o desigual choque de forças envolvidas: uma potência européia do “Primeiro Mundo” contra um país latino-americano subdesenvolvido do “Terceiro Mundo”, porém ambos pertencentes ao mesmo bloco ideológico liderado pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Evidenciava-se assim também a falência de uma ordem mundial aprofundada pelo enfraquecimento da noção de Estado do Bem-Estar Social no final dos anos 70 e pelas dificuldades econômicas enfrentadas durante os anos 80: a chamada década perdida.

## A crise da dívida externa e a proposta de criação de uma nova ordem mundial

As dificuldades das nações latino-americanas não se resumiam somente às questões estratégicas e militares. Economicamente, enfrentavam grandes problemas devido ao fluxo deficitário de dólares de suas contas externas. Iniciava-se uma fase recessiva responsável pelo aumento das dívidas externas do Terceiro Mundo de 130 bilhões de dólares em 1973 para 612 bilhões de dólares em 1982 (AYERBE, 2002, p.158).

O projeto “nacional-desenvolvimentista” promovido pelas nações latino-americanas desde a crise econômica internacional de 1929 mostrava-se vulnerável em demasia, justamente por atrelar seus progressos excessivamente à atuação das superpotências. A ênfase obsessiva dos regimes militares latino-americanos na noção de “Doutrina de Segurança Nacional” nos anos 60 e 70 havia sido responsável pela condução de uma política externa baseada no aumento de sua dependência com os Estados Unidos.

A dependência dos mercados consumidores do Norte, o aumento do protecionismo, o choque das crises do petróleo de 1974 e 1979 e o aumento das dívidas externas causadas pela elevação das taxas de juros pelos países ricos representou uma penalização às nações mais dependentes de financiamento externo. A saturação dessas economias coincidia com o enfraquecimento do autoritarismo no continente e introduzia um novo caráter pragmático às relações exteriores dos últimos regimes militares latino-americanos que, pouco a pouco, buscavam novas oportunidades de inserção sob condições autônomas.

Nesse sentido, um novo diálogo norte-sul se fortalecia e passara a ocupar o vácuo deixado pela neutralização ideológica e pelo impasse nuclear entre Estados Unidos e União Soviética. Em um cenário de transição de ordens mundiais e de enfraquecimento das premissas implícitas no embate leste-oeste, novos blocos econômicos internacionais ganhariam relevância nos anos 80 em detrimento dos mecanismos jurídicos introduzidos pelas duas superpotências.

As deficiências das políticas americanas foram agravadas decisivamente no primeiro governo Reagan (1980-1984). Os problemas consistiam no papel crescente que as forças progressistas do Terceiro Mundo adquiriam em contraponto às forças conservadoras das grandes potências que enfocavam somente um conflito bipolar típico da guerra fria.

Apesar da insistência do governo Ronald Reagan em subordinar os países latino-americanos a uma lógica de defesa hemisférica contra a interferência soviética, o

enfraquecimento da Guerra Fria se confirmava pelo apoio da superpotência à Grã-Bretanha no conflito pelas Malvinas, fator esse que enfraqueceu o próprio mecanismo de defesa coletiva do continente perpetuado pela superpotência para legitimar suas intervenções no continente, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947.

O conflito das Malvinas, entretanto, expôs fraturas e divisões inerentes a séculos de dominação das grandes potências no continente. A falta de experiências permanentes e concretas de integração na América Latina e a existência de antigos litígios territoriais contrastavam com o eficiente boicote econômico adotado pela CEE contra os argentinos.

O desequilíbrio de forças conduz a uma certa ruptura das estruturas tradicionais e à criação de novos sistemas internacionais (alinhamento com as superpotências) com um menor grau de complexidade organizacional. Assim, a guerra das Malvinas colocou em jogo a ordem jurídica interamericana e inter ocidental ao expor um conflito inusitado para os padrões “jurídicos” típicos da guerra fria (JAGUARIBE, 1986, p. 193).

A crise de hegemonia norte-americana no final dos anos 70 produziu uma identificação genérica de interesses do Terceiro Mundo que se consubstanciaram na proposta de criação de uma “nova ordem econômica mundial” onde esses países estariam menos vulneráveis às crises vindas do Norte (MOURA, 1992). Apesar do momento propício ao estreitamento de vínculos continentais, o Chile preferiu priorizar suas alianças com o Primeiro Mundo em um episódio que envolvia uma causa “sagrada” de seu maior vizinho: as Malvinas.

Francisco Carlos Teixeira da Silva (2005) afirma que a ordem mundial que se estabeleceu entre 1917 e 1991 acentuou a presença do Estado sobre as relações sociais e dividiu o mundo ideologicamente. O esfacelamento da União Soviética no início dos anos 90 criou oportunidade de advento de uma ordem mundial cooperativa que propunha uma nova unificação do Ocidente, agora sob liderança exclusiva dos norte-americanos. Nessa perspectiva, os países vêm adaptando suas políticas externas: enquanto alguns aderiram à política externa norte-americana; outros buscam iniciar políticas de equilíbrio e harmonia.

A mesma convergência de interesses econômicos, portanto, introduziu um fator complicador na interação as nações do Sul, evidenciando a fraqueza no poder de barganha das nações mais dependentes frente os países desenvolvidos: a heterogeneidade da noção

de Terceiro Mundo, o que inviabilizava qualquer tentativa coordenada de atuação. Sua falta de coesão sejam elas de ordem ideológica ou cultural as distanciavam entre si:

O panorama de “Terceiro Mundo” apresenta diferenciação e desacordo, dados pela natureza discrepante de suas economias e por suas diferentes inserções do sistema econômico mundial (...). Some-se a isso a divisão política induzida pelo Primeiro Mundo (...). O resultado é que o Terceiro Mundo, por natureza um aglomerado heterogêneo, apresenta-se claramente dividido, sem uma clara estratégia de reivindicações e sem uma estratégia definida de ação (MOURA, 1992, p. 128).

Os conflitos ideológicos, tradicionais na antiga ordem polarizada, não fariam tanto sentido nessa nova ordem mundial: a guerra das Malvinas introduziu fatores decisivos nas relações internacionais como o colonialismo e a dominação de uma nação pobre sobre outra com maiores recursos econômicos e tecnológicos. De certa forma, o conflito remontava-se à construção de uma nova ordem mundial inaugurada pelas ascensões de Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Tal ordem pregava a substituição em larga escala da participação do Estado enquanto interventor e provedor de benesses sociais.

A comunidade política na América Latina ainda é incipiente, nas palavras de Tokatlian (2008). A falta de interdependência entre suas economias e o atual desafio de promover um espaço de cooperação dinâmico condiciona até mesmo o êxito de uma história comparada, cruzada e latino-americanista. A cooperação, inerente aos processos de integração regional, “é o resultado de um ato de escolha e acontece quando um conjunto de circunstâncias-oportunidade, vontade, meios e valores – a propiciam” (TOKATLIAN, 2008, p. 49).

O Cone Sul possui grandes potencialidades e dinâmicas de fluxos e interações que necessitam de esforço, moderação de fazer frente à intervenção das potências. Somente assim será ampliada sua cobertura geográfica e ficará assegurada um mínimo de estabilidade, ambos necessários para que a região adquira um poder de barganha.

### **O posicionamento do Brasil e do Chile na Guerra das Malvinas (1982)**

Em 1982, a Argentina era o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. As vendas do Brasil para a Argentina aumentaram abruptamente de 340 milhões de dólares em 1978 para 1 bilhão em 1980. Ao priorizar a América Latina como prioridade de sua política externa, o último governo militar brasileiro presidido por

João Figueiredo (1979-1985) procurou expandir mercados, ampliar seu leque de parceiros comerciais e fugir dos alinhamentos automáticos, sob uma lógica *universalista*.

Nesse sentido, desde a assinatura do tratado de Itaipu-Corpus, em outubro de 1979, o Brasil havia promovido uma aproximação sem precedentes com a Argentina. Em visita a Buenos Aires em maio de 1980 (a primeira de um chefe de Estado brasileiro à capital Argentina desde 1935), João Figueiredo assinou diversos acordos de cooperação econômica com o general Jorge Videla, entre eles, um tratado de cooperação nuclear. Inaugurava-se uma era de prosperidade nas relações entre os dois países.

A invasão das Malvinas pela Junta Militar Argentina pegou de surpresa o governo brasileiro, segundo o chanceler Saraiva Guerreiro (1992). O conflito era nocivo para os interesses brasileiros, pois envolvia dois parceiros comerciais importantes do país: a Argentina, seu maior vizinho e parceiro estratégico importante e a Grã-Bretanha, grande responsável pelos créditos de *rolagem* da dívida.

O governo brasileiro tinha em mente que um conflito atrapalharia, de alguma forma, o comércio com as duas nações beligerantes. As instabilidades no sistema internacional, oriundas de um choque entre nações norte-sul poderiam provocar uma grande turbulência no famigerado mercado financeiro. Com a inevitabilidade da guerra, o Brasil demonstrara que dava preferência ao seu sistema interamericano e às suas “obrigações” hemisféricas.

O chanceler Saraiva Guerreiro (1992), em seu livro de memórias, lembra que a posição inicial do governo brasileiro em relação à crise nas Malvinas era uma forma de prestar solidariedade com a Argentina, pois em sua declaração inicial não se mencionava à ação militar de 2 de abril que havia retirado apoio internacional dos argentinos:

Quando a Grã-Bretanha ocupou as ilhas, a Argentina protestou. Em 1833, nosso Ministro Plenipotenciário em Londres foi instruído a apoiar a gestão de protesto da Argentina. A Argentina nunca aceitou a presença britânica nas ilhas. Para a Argentina, sempre houve uma ocupação *de facto*. O Brasil sempre apoiou o direito argentino (...). A única coisa que podemos fazer agora é esperar que as relações não se deterioreem ainda mais entre as duas nações amigas (nota do Itamaraty).

Embora adotasse uma postura de neutralidade e condenasse o uso da força, o último governo militar brasileiro nutria certa simpatia pela Argentina. Quando comparamos as mensagens de moderação enviadas pelo presidente João Figueiredo ao líder argentino Leopoldo Galtieri e à Primeira-Ministra britânica Margareth Thatcher, ambos em 10 de abril de 1982, percebemos uma clara inclinação brasileira em favor dos argentinos:

Dirijo-me com grande emoção meus pensamentos ao povo irmão da Argentina, ao qual a Nação brasileira se sente para sempre ligada pelos laços da mais profunda e indestrutível amizade. Renovo o compromisso do Brasil para fazer de tudo para contribuir com uma solução que preserve os melhores interesses dos povos das Américas (...). Faço um apelo em favor da conciliação e da busca de uma solução através de negociações. Recordando os históricos momentos da amizade brasileiro-argentina, desejo aos argentinos paz, concórdia e fraternidade (nota da chancelaria).

#### Mensagem do governo brasileiro aos britânicos:

Com profunda preocupação pelos graves riscos que pesam sobre a paz, renovo o apelo feito ao governo do Reino Unido no sentido de que encontre solução para a presente crise. Tendo em vista os esforços ora em curso e a disposição do governo brasileiro já manifestou, oferecemos fazer o que estiver ao nosso alcance para a busca de uma solução satisfatória. Assinalo ser particularmente importante a efetiva moderação das partes envolvidas a fim de assegurar tempo suficiente para que se explorem os caminhos da conciliação (nota da chancelaria).

Em 1º de maio, o governo brasileiro emitia uma dura nota condenando o ataque britânico ao aeroporto de Port Stanley sem mandato expedido pela ONU para tal ação e em descumprimento à Resolução 502 do Conselho de Segurança. Na mesma data, em resposta à declaração, a Embaixada britânica em Brasília lembrava que o Brasil perdera a oportunidade de condenar a invasão Argentina de 2 de abril de 1982.

O azedamento das relações Brasil e Estados Unidos se reflete no embaraço da visita de João Figueiredo a Washington em maio de 1982. Na ocasião, Figueiredo alertara ao presidente Reagan que um ataque militar britânico às bases militares argentinas em terra desencadearia uma reação direta dos países latino-americanos em favor dos argentinos. Tal atitude, segundo Bandeira (1995), fez com que o governo norte-americano convencesse Thatcher a não bombardear o território continental argentino.

A insatisfação causada pelo apoio norte-americano aos britânicos na crise das Malvinas estava explícita no duro discurso feito pelo presidente brasileiro em Washington naquela ocasião. Em sabatina realizada no Senado brasileiro no final do mesmo mês, Saraiva Guerreiro se referia à destruição do sistema interamericano, “que nunca mais seria o mesmo após a guerra das Malvinas” (DUARTE, 1986).

O Brasil também forneceu armamentos aos argentinos como aviões de patrulha EMB-111, foguetes balísticos e caças Xavantes. Essas aeronaves já estavam incorporadas às Forças Armadas brasileiras e foram adaptados às pressas para servir à Armada Argentina com a missão de espionar a força tarefa britânica, justamente o que os argentinos precisavam fazer com urgência (BANDEIRA, 1995, p. 266).

O documento 011650 do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão oficial de espionagem do governo militar, traz a posição do Brasil com relação ao episódio em que um bombardeiro inglês *Vulcan* que invadiu o espaço aéreo brasileiro em 3 de junho. De acordo com os britânicos, além de reter o avião a pedido dos argentinos (com base no artigo 6º do TIAR, mecanismo jurídico que justificava tal ação), o governo brasileiro era conivente com a passagem por seus aeroportos de armamentos da Líbia rumo à Argentina. No dia 5 de junho, a Embaixada britânica entregou um duro texto para as autoridades brasileiras. A conclusão da mensagem não poderia ser mais objetiva:

“O governo de Sua Majestade Britânica lamenta ter que deixar claro ao governo brasileiro que a reversão da decisão anunciada em 3 de junho, se mantida, acarretaria sérias conseqüências para as amistosas relações de que a Grã-Bretanha e o Brasil têm desfrutado ininterruptamente há tanto tempo e às quais atribuí grande valor” (mensagem do Documento 011650 do SNI; 05/06/1982).

Já o Chile, sob o governo do General Augusto Pinochet, temia que o ressurgimento de questões de “Segurança Nacional” na Argentina impulsionasse a Argentina a tentar a retomada das ilhas do Canal de Beagle, litígio em aberto desde 1978. O episódio das Malvinas criara uma inquietante expectativa em torno das reivindicações sobre o Canal de Beagle com a Argentina. Leopoldo Galtieri, como comandante do Exército argentino, fora pessoalmente responsável pelo fechamento pela fronteira com o Chile em 1980 descumprindo ordens do então presidente Roberto Viola. O episódio de Beagle quase levou os dois países a guerrear abertamente em 1978.

Uma entrevista de 2005 em que Fernando Matthei, um dos membros da Junta chilena em 1982, confirma que o Chile realizou ações de espionagem, missões de infiltração de britânicos em território argentino, permitiu atividades de sabotagem em bases militares argentinas em Ushuaia e mobilizou tropas ao longo da fronteira com a Argentina para distraí-los. O país andino colocaria em segundo plano suas obrigações hemisféricas.

A cessão da base chilena militar de Punta Arenas, próxima ao teatro de operações, para pouso e decolagens de helicópteros ingleses *Sea King* e *Hercules C-130* tornou-se caso de conhecimento público em maio de 1982, quando dois destes aparatos caíram em território chileno, gerando uma suspeita de que os chilenos permitiam o uso de suas instalações para que os britânicos superassem as dificuldades logísticas que tinham no conflito.

A prisão de alguns militares ingleses na fronteira entre Argentina e Chile em meados de maio de 1982, quando realizavam uma tentativa de sabotagem contra aviões argentinos em solo, expôs uma situação curiosa: todos os detidos foram encaminhados a Santiago e liberados à Embaixada britânica sem nenhum tipo de punição.

Curiosamente, logo após o término da guerra das Malvinas, o governo Reagan levantou sanções comerciais contra o Chile, por conta das denúncias de desrespeito aos direitos humanos. Tal medida pode estar associada com a posição chileno no conflito, alinhado com os interesses dos Estados Unidos. Por conta disso, os chilenos receberam ajuda militar dos britânicos: 3 aviões *Hercules* e 9 *Hawker Hunters* (WEST, 1998).

O entusiasmado apoio de Peru e Bolívia à Argentina na guerra das Malvinas possuía relação direta com questões territoriais pendentes com o Chile. Segundo Cisneros (1998), o governo peruano de Belaunde Terry mobilizou tropas para a fronteira com o Chile como uma forma de neutralizar o envio de efetivos chilenos para a fronteira com a Argentina.

Diplomaticamente, todos os embaixadores latino-americanos nas Nações Unidas aprovaram uma moção de apoio às reivindicações argentinas nas Malvinas em 3 de abril com exceção de Chile e Colômbia. O Chile também se absteve de votar (juntamente com Estados Unidos e Colômbia) em duas consultas realizadas fins de abril e maio de 1982 na Organização dos Estados Americanos, ambas convocadas pela Argentina para se defender da “agressão britânica”. Em tais reuniões, todos os países latino-americanos votaram a favor da soberania Argentina sobre o arquipélago e pela condenação do boicote econômico adotado pela Comunidade Econômica Européia (CEE).

Nos anos 90, o general Augusto Pinochet se abrigou na Grã-Bretanha. Os ingleses eram os únicos que ofereciam salvo conduto das ordens de prisão emitidas pelas justiças de vários países (inclusive no Chile) por conta de denúncias de atrocidades cometidas durante a sanguinária ditadura chilena (1973-1990). Em 1998, Margareth Thatcher visitou o ex-ditador adoentado e lhe agradeceu publicamente “pelo apoio decisivo prestado durante a campanha das Falklands”.

### **Considerações finais**

A guerra das Malvinas (1982) inaugurou uma nova ordem global que permanece até os dias atuais. A noção de “ordem mundial” é caracterizada pela existência de uma

estrutura de poder bem organizada e delimitada no atual sistema internacional: a tendência à fragmentação, descentralização e a integração. O êxito da noção de “ordem mundial” não seria possível, entretanto, se não houvesse uma convergência de interesses entre as nações dominantes desse sistema e principalmente a existência de um sistema de valores morais e modelos políticos e econômicos semelhantes internacionais entre si.

Dessa forma, esse episódio colocou em xeque todo um ordenamento jurídico internacional e evidenciou a fragilidade dos dispositivos institucionais oriundos da Guerra Fria. A correlação de forças explícitas marcou uma virada definitiva nas relações da Argentina com os países apoiadores do seu direito sobre o arquipélago.

A guerra significou, de um modo geral, a cessão definitiva da noção de alinhamento automático dos países do continente com os Estados Unidos. Ao analisarmos o posicionamento de nações latino-americanas verificamos que a maioria delas se colocou contrariamente aos interesses norte-americanos: aliaram-se à Argentina. A guerra das Malvinas adquiriu, portanto, um *status* de conflito fundador das atuais relações interamericanas e desfizeram rivalidades tradicionais em suas relações com a Argentina.

O conflito, apesar de confrontar duas Forças Armadas relativamente modernas e bem equipadas, demonstrou o abismo tecnológico e militar entre as nações desenvolvidas do Norte e as nações subdesenvolvidas: a facilidade com que a Argentina fora derrotada demonstrava uma grande vulnerabilidade tecnológica das nações do Sul.

Criavam-se os novos “perfis” para as nações do continente ao longo dos anos 80, embora não livres da divisão ideológica e da discrepância entre os seus modelos de desenvolvimento: algumas nações da região como o Chile e a Colômbia, alinhadas com as superpotências capitalistas; outras como o Brasil, mais comprometidos com uma agenda de ênfase nos processos regionalistas.

Sem a existência de um fator regulador nas relações internacionais, as nações latino-americanas tiveram que buscar novas estratégias de inserção, algumas aumentando associando seus modelos econômicos ao praticado pelas superpotências e ao ascendente neoliberalismo recém-adotado por Margareth Thatcher e Ronald Reagan; outros buscando aproveitar sua liberdade de atuação para ampliar sua autonomia e inserção internacional.

Os desdobramentos da guerra aproximaram a Argentina dos demais países latino-americanos. O chanceler argentino Nicanor Costa Mendez dissera que “as relações de seu

país com os EUA seriam abaladas por muito tempo”. O presidente Galtieri, em entrevista concedida à jornalista italiana Oriana Fallaci, três dias antes da rendição das tropas argentinas e cinco dias antes de sua deposição, previu corretamente a nova política de alianças externas do país após a derrota militar para a Grã-Bretanha:

Nuestros aliados naturales son los latinoamericanos. Estrecharemos contactos com ese mundo al que pertenecemos histórica y culturalmente (...) Nosotros estábamos demasiados ligados a Estados Unidos y Europa Occidental (...) Si Estados Unidos aísla a la Argentina tanto militar como economicamente, si Europa hace lo mismo, si Occidente nos da la espalda (...) qué otra opción nos queda? (TERRAGNO, 2002, p. 247).

O isolamento argentino na crise das Malvinas pode ser corroborado por diversos fatores: boicote econômico dos Estados Unidos e da Comunidade Européia, derrotas diplomáticas em diversos organismos internacionais e péssima reputação da Junta Militar diante das denúncias de desrespeito aos direitos humanos. Para a Argentina, restava seguir o caminho traçado pelo Brasil desde meados dos anos 70: vincular suas prioridades de política exterior a uma agenda latino-americana, fugir dos alinhamentos automáticos e ampliar seu leque de parceiros com países inusitados como a URSS, Cuba e Líbia.

---

#### CRISIS IN LATIN AMERICA: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE POSITIONS OF BRAZIL AND CHILE IN THE MALVINAS WAR (1982)

**Abstract:** The article intends to establish a comparative study about the positions adopted by the government of Brazil and Chile in the Falklands War (1982). The research will analyze the different reasons that explain the interesting contained in this two choices.

**Keywords:** Conflict. Dictatorship. Integration. Crisis.

---

#### Referências

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1994.

AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Unesp, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Vianna Moniz. *O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina*. Brasília: UnB, 1987.

\_\_\_\_\_. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1995.

\_\_\_\_\_. *La formación del Império Americano: de la guerra contra España a la guerra en Irak*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007.

BARBÉ, Esther. *Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1995.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.

BOSOER, Fabián (org.). *Generales e Embajadores: una historia de las diplomacias paralelas en Argentina*. Buenos Aires: Vergara, 2005.

CABRAL, Antônio; MARTINEZ, Hugo; WILSON, Marcos; GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: história de uma derrota*. São Paulo: EMW Editores, 1983.

CONSANI, Norberto; SEPULVEDA, Alberto; ZERAOUI, Zidane. *Las relaciones internacionales de Argentina, Chile y México*. Buenos Aires: Latino-americano, 2007.

CAMOGLI, Pablo. *Batallas de Malvinas: todos los combatentes de la guerra del Atlantico Sur*. Buenos Aires: Aguilar, 2007.

CERVO, Amado Luiz (org.). *O Desafio Internacional*. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG e IBRI, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2001.

COSTA, Eduardo José. *Guerra bajo la Cruz del Sur*. Montevideo: Hispamérica, 1988.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Conflito nas Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: 34, 2004.

FERRER, Aldo. *A economia Argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GUARACHI, Eduardo Rodriguez. *Chile-Argentina más allá de sus fronteras: Crónicas de un diplomático*. Santiago: ADICA e RIL, 2003.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1992.

JAGUARIBE, Hélio. *Novo Cenário Internacional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. In: *History and Theory*, v.42, pp.39-44, 2003.

LAFER, Celso e PENA, Félix. *Argentina e Brasil no sistema de relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

LANUS, Juan. *De Chapueltec al Beagle*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.

LERDA, Juan Carlos e BAUMANN, Renato (org.). A integração em debate: Brasil-Argentina-Uruguai. In: MUNHOZ, Dércio Garcia. *Dívida Externa, um viés anti integração*; SANTANA, José Antônio. *A Integração e os Pagamentos bilaterais*. Brasília: UnB e Marco Zero, 1987.

LUNA, Félix. *Golpes Militares: De la dictadura de Urriburu al terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Planeta, 2001.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: USP, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

NYE JÚNIOR, Joseph. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2006.

OSÓRIO, Hellen. Construção do Espaço. In: *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação de um espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. (Dissertação de Mestrado).

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: UnB, 1997.

RAPOPORT, Mário. *A guerra das Malvinas e a política exterior argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1997.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El lugar de Brasil en la política exterior Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2003.

---

\_\_\_\_\_. *A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos*. Revista Brasileira de Política Internacional, volume 16, nº 3, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes. *As estratégias de cooperação sul-sul nos marcos da política externa brasileira*. Revista Brasileira de Política Internacional: volume 50, nº 2, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (org.). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

TERRAGNO, Rodolfo H. *Falklands*. Buenos Aires: Ediciones De la Flor, 2002.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *O Cone Sul e suas relações internacionais: um espaço de cooperação para a América do Sul*. Revista Política Externa, volume 17, nº 1, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). *A Grande Crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ZHEBIT, Alexander. *Ordens e Pacis Romana*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

WEST, Nigel. *La guerra secreta por las Malvinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Rafael Macedo da Rocha Santos** é doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bolsista CAPES.

---

Recebido em 10/04/2018

Aceito em 10/12/2018